



BOLSONARISMO

PM não identifica os chefes dos protestos

Ofício remetido ao STF também considera que o acampamento erguido em frente ao QG do Exército é de "iniciativa popular"

» LUANA PATRIOLINO

O governo do Distrito Federal apresentou ao Supremo Tribunal Federal, ontem, um ofício no qual não identifica os chefes do acampamento de bolsonaristas, em frente ao QG do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU), que vem realizando manifestações antidemocráticas por causa da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais. O documento — assinado pelo comandante-geral da PMDF, coronel Fábio Augusto Vieira — afirma, ainda, que os atos dos bolsonaristas são de "iniciativa popular".

O levantamento, porém, traz uma lista identificando os proprietários — tanto pessoas como empresas — de 234 caminhões que se dirigiram a Brasília para participar de bloqueios e manifestações. O documento lista veículos com placas do DF e de 10 estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Os documentos juntados ao Supremo pelo GDF ressaltam que a lista de caminhões identificados "é decorrente do monitoramento preventivo da segurança pública e não relacionadas a infrações de trânsito cometidas". Os relatórios são datados do último dia 11.

Sem ilegalidade

No ofício encaminhado ao STF, o movimento em frente ao QG do Exército é classificado como espontâneo. "O movimento em curso desde 1º de novembro não permite atribuir, categoricamente, o status de liderança a nenhum cidadão, por não haver entidades estruturadas na mobilização dos atos", destaca. E acrescenta que "desde a chegada de tais veículos ao SMU, não foram identificadas, nem por parte do

Exército Brasileiro, nem por parte da PMDF, quaisquer irregularidades ou condutas ilícitas praticadas por seus proprietários".

O documento observa, também, que a área ocupada pelos bolsonaristas no SMU está sob jurisdição do Exército e que, por causa disso, as forças de segurança do DF não podem fazer com que seja desocupada. E ressalta que houve autorização do Comando Militar do Planalto e do próprio GDF para que os veículos estacionassem no local.

"Em relação à área sob jurisdição do Exército Brasileiro situada no Setor Militar Urbano (SMU), em frente ao Quartel General do Exército (QGE), houve autorização do Comando Militar do Planalto juntamente com o Governo do Distrito Federal para que veículos transitassem e permanecessem no local, em áreas pré-determinadas pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP)", destaca o ofício.

Segundo o Secretário de Segurança Pública do DF, Júlio Danilo Souza Ferreira, no caso de outros veículos que participaram de manifestações, houve autuações de trânsito por estacionamentos de forma irregular nos locais próximos onde ocorriam os atos. Ao STF, o coronel Fábio Vieira afirmou que foram registradas, nos dias 1º e 2 de novembro, interdições parciais em sete rodovias federais, mas que "nenhuma das interdições ocorreu por completo e, em todas elas, a Polícia Militar, em apoio à PRF, interveio imediatamente, liberando o tráfego".

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, havia ordenado o desbloqueio de vias no DF após a notícia de que 115 caminhões estariam se deslocando para Brasília para "reforçar os atos criminosos e antidemocráticos que seguiram em todo país à proclamação do resultado das eleições". (Com Agência Estado)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Levantamento da PMDF identificou os proprietários de 234 caminhões

Ed Alves/CB/D.A.Press



Bolsonaristas começaram a chegar ao QG do Exército logo após o 2º turno



O movimento em curso desde 1º de novembro não permite atribuir, categoricamente, o status de liderança a nenhum cidadão, por não haver entidades estruturadas na mobilização dos atos"

Trecho do ofício do GDF enviado ao STF sobre os atos em frente ao QG do Exército

Financiadores são apontados

O Supremo Tribunal Federal (STF) está reunindo os relatórios enviados pelo Ministério Público Federal, Polícia Federal (PF), polícias civis e militares sobre o perfil dos chefes e financiadores das manifestações antidemocráticas em todo o país. Desde 30 de outubro, manifestantes inconformados com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas urnas realizaram bloqueios ilegais em rodovias e em frente a vias públicas próximas aos quartéis das Forças Armadas.

Nos ofícios são citados políticos, policiais e ex-policiais, servidores públicos, sindicalistas, fazendeiros, empresários do agronegócio e donos de estandes de tiro. Eles ainda não foram acusados de qualquer crime, mas poderão ser investigados e enquadrados.

O levantamento das polícias reúne fotos e outras informações, além dar detalhes sobre o trabalho realizado pelas polícias para desmobilizar as manifestações e desbloquear as vias públicas ocupadas pelos bolsonaristas. Os relatórios destacam informações sobre os donos de veículos que impediam o direito de ir e vir de outras pessoas por meio do bloqueio e interdição de estradas e ruas.

A solicitação do STF já havia sido feita à PF. A Justiça ainda quer saber quem são os responsáveis por garantir infraestrutura no local das manifestações, como a instalação de banheiros químicos, alimentação, alojamentos e carros de som. O mapeamento traz, ainda, informações obtidas nas redes sociais, onde alguns dos participantes se identificavam como chefes dos atos.

Fazendeiros

No Acre, o relatório de inteligência da PM local aponta que dois fazendeiros estariam entre os financiadores dos atos em defesa de intervenção das Forças Armadas contra o resultado da eleição. Já em Goiás, empresários donos de uma panificadora, um ex-vereador de São Miguel do Araguaia, um corretor e candidato derrotado a prefeito da cidade em 2020 são citados pela Polícia Civil como organizadores de bloqueios na zona rural.

Em relação ao Maranhão, dois candidatos a deputado estadual, um investigador de polícia lotado na Secretaria de Segurança Pública do estado e um líder do movimento Patriotas do Asfalto foram apontados como

responsáveis pelas manifestações em frente ao quartel do 24º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Luís. No caso de Minas Gerais, um dos chefes do Movimento Direita BH e um comerciante foram os principais articuladores dos atos no estado. Empresários estão contribuindo com alimento e água para os bolsonaristas.

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul cita um policial militar aposentado, um representante do movimento Direita RS, um deputado federal eleito e uma agente penitenciária como organizadores e incentivadores de protestos contra a vitória de Lula. Em Santa Catarina, um empresário que é dono de uma produtora de erva-mate foi apontado como um dos financiadores dos protestos no estado.

A elaboração dos documentos foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Na decisão, ele ordenou "o envio de todas as informações sobre a identificação dos caminhões e veículos que participaram ativamente dos bloqueios e nas manifestações em frente aos quartéis das Forças Armadas, assim como os dados dos respectivos proprietários, pessoas físicas ou jurídicas". (LP)

ROYAL TULIP
BRÁSILIA ALVORADA

RÉVEILLON
Magia

HOTEL ROYAL TULIP BRÁSILIA ALVORADA

A celebração de ano novo mais famosa de Brasília está confirmada, esperamos você com todo conforto, qualidade e segurança.

A PARTIR DE
R\$ 4.820
CASAL

O PACOTE INCLUI:

- Diária do dia 29/12 a 01/01
- Jantar
- Festa de Réveillon com banda
- Queima de fogos na beira do lago
- Feijoada no sábado
- Programação de lazer
- Spa (opcional)
- Criança free até 7 anos*
- Atração especial

*No mesmo apartamento dos pais

PARCELE EM ATÉ 6X

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

(61) 3424 7018 | rtbsba.reservas@goldentulip.com.br
SHTN Trecho 1 Conj. 1B | Asa Norte - Brasília - DF